Do financiamento à adaptação: o papel estratégico do seguro na nova agenda da infraestrutura brasileira




Qual é o futuro da infraestrutura brasileira diante das crescentes ameaças climáticas? “Sem seguro, não existe infraestrutura e, sem infraestrutura resiliente, o país não enfrenta a crise climática”, afirmou Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, ao abrir a tarde de debates desta terça-feira (18), na Casa do Seguro, durante a COP30, em Belém (PA).

O evento reuniu representantes do governo, especialistas internacionais, seguradoras, transportadoras e investidores, com o objetivo de debater como o setor pode sustentar o maior ciclo de obras previsto para o Brasil nas próximas décadas.

Promovido pela CNseg em parceria com Abdib, SEPPI e o Ministério de Portos e Aeroportos, o Fórum de Seguros e Infraestrutura Sustentável explorou os desafios de financiar, proteger e adaptar projetos estruturais diante da necessidade de resiliência, segurança jurídica e inovação.

Na abertura, Dyogo Oliveira destacou avanços na estruturação de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), mas apontou a existência de uma “lacuna de proteção” que dificulta o pleno acesso ao financiamento. O ponto central, segundo Oliveira, é integrar o mercado de seguros desde as primeiras etapas dos projetos.

Tomé Franca, secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, reforçou a relevância da previsibilidade jurídica e da modernização das matrizes de risco, enquanto Venilton Tadini, presidente da Abdib, alertou que o novo ciclo de investimentos exige evolução equivalente em produtos de seguro e engenharia de risco.

As falas de abertura confluíram para um consenso: o Brasil possui demanda crescente, capacidade técnica e projetos estruturados, mas esbarra nas exigências de financiamento, proteção climática e garantias jurídicas – fatores que precisam caminhar juntos para destravar o potencial das obras públicas.

**Seguro: chave para destravar investimentos**

O primeiro painel aprofundou o desafio de garantir que os recursos bilionários do Novo PAC, além das concessões e PPPs previstas para os próximos anos, possam viabilizar infraestrutura com qualidade e gestão eficiente de riscos.

André Dabus, diretor de Infraestrutura e Construção da Marsh Brasil; Antonio Silveira, vice-presidente de Setor Privado da CAF; Denis Maelaro, diretor técnico de P&C, Specialties e

Engenharia de Riscos da AXA; e Helena Venceslau, diretora de Assuntos Econômicos do Ministério de Portos e Aeroportos, discutiram caminhos para ampliar a participação do setor segurador na etapa prévia dos projetos, onde decisões cruciais sobre garantias, produtos e padrões técnicos são tomadas.

Os integrantes do painel apontaram avanços recentes, mas consideraram a necessidade urgente de padronização dos instrumentos de garantia, maior diálogo técnico entre transportadoras, seguradoras e financiadores, além de portfólio de produtos adaptados às novas exigências do clima, tecnologia e regulação.

O ponto crítico, destacado por Silveira, é migrar de garantias estatais para mecanismos seguros robustos capazes de sustentar operações de project finance de longo prazo. “O grande desafio é migrar de garantias estatais para um mercado segurador mais robusto”, afirmou.

Helena Venceslau enfatizou a importância de alinhamento de contratos de longa duração com riscos emergentes e dinâmicos. "Riscos mudam. E, se mudam, contratos precisam ser revisados", sintetizando o consenso sobre necessidade de políticas públicas e instrumentos flexíveis que deem previsibilidade e confiança aos investimentos.

**Infraestrutura como motor de adaptação climática**

O segundo painel abordou a pressão dos eventos climáticos extremos sobre os sistemas essenciais como saneamento, energia e transporte, setores cujas falhas afetam diretamente a saúde pública e o funcionamento das cidades.

Com a participação de Ranjini Mukherjee, diretora de Research, Knowledge Management and Capacity Development da CDRI; Rogério de Paula Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da Aegea; e Rogério Moreira Jacobsen, gerente de Suporte a Projetos de Clientes PJ da Tokio Marine, o debate mostrou que a resiliência climática já é realidade urgente, ampliando custos, reduzindo margens e exigindo modernização das infraestruturas urbanas.

Tavares apresentou soluções práticas em saneamento, área que considera estratégica para a adaptação. "Saneamento é a infraestrutura mais importante para adaptação. Na seca, garante água; na enchente, evita doenças", disse, relacionando impactos ambientais e sociais.

Jacobsen reforçou que o setor segurador está preparado para atuar, mas defende a participação desde a concepção das obras, não apenas como instrumento de transferência final de riscos. “Seguradora que só aparece no fim não consegue entregar proteção adequada”, destacou.

A contribuição internacional de Ranjini reforçou que os países que integraram o planejamento urbano, o financiamento e os seguros avançaram mais rapidamente e com menor custo social na agenda climática.

**Guia Prático inaugura novo marco institucional**

Tavares apresentou soluções práticas em saneamento, área que considera estratégica para a adaptação. "Saneamento é a infraestrutura mais importante para adaptação. Na seca, garante água; na enchente, evita doenças", disse, relacionando impactos ambientais e sociais.

Jacobsen reforçou que o setor segurador está preparado para atuar, mas defende a participação desde a concepção das obras, não apenas como instrumento de transferência final de riscos. “Seguradora que só aparece no fim não consegue entregar proteção adequada”, destacou.

A contribuição internacional de Ranjini reforçou que os países que integraram o planejamento urbano, o financiamento e os seguros avançaram mais rapidamente e com menor custo social na agenda climática.

**Guia Prático inaugura novo marco institucional**

No encerramento, foi lançado o **Guia Prático de Seguros e Capitalização para Concessões e PPPs**, elaborado pela CNseg, SEPPI e Ministério de Portos e Aeroportos.

Apresentado por Denis Morais, presidente da FenaCap; Manoel Renato, secretário-adjunto de Infraestrutura Social e Urbana da SEPPI; Helena Venceslau; e Esteves Colnago, diretor de Relações Institucionais da CNseg, o documento é um marco na tentativa de aproximar as linguagens do setor público e privado.

O documento oferece diretrizes claras sobre critérios mínimos contratuais, produtos adequados para cada fase de concessão e práticas para mitigar conflitos entre seguradoras, transportadoras e reguladores.

“O guia mostra que é possível alinhar tantos órgãos diferentes em torno de uma mesma linguagem”, disse Helena Venceslau. Morais ressaltou que o material inaugura novo momento institucional. “É o pontapé inicial para transformar debates em prática.”

**Consenso para o futuro**

No início ao fim, o Fórum deixou claro que o seguro passou de componente burocrático para elemento estratégico no financiamento, execução e resiliência climática das obras brasileiras. O consenso entre especialistas foi de que só será possível avançar no portfólio de investimentos de infraestrutura com previsibilidade e instrumentos capazes de acompanhar riscos ambientais e tecnológicos.

**Acesse aqui o Guia**

---

Inovação é peça chave para adaptação climática e avanço do mercado de carbono



Em meio à intensificação dos eventos climáticos extremos e ao aumento das perdas econômicas globais, a MAPFRE lançou um alerta: os riscos extraordinários provocados pelas mudanças climáticas exigem novas estratégias de proteção social e econômica.

A reflexão norteou dois painéis promovidos pela companhia, na manhã desta terça-feira (18), na Casa do Seguro, durante a COP30, em Belém (PA). Os debates analisaram as lacunas de cobertura existentes e discutiram como a inovação em seguros — sobretudo no mercado de carbono — pode oferecer respostas estruturais aos desafios deste século, ao mesmo tempo em que aponta oportunidades para fortalecer a resiliência coletiva.

O primeiro painel reuniu representantes de ANBIMA, IPCC, MAPFRE e Ministério da Fazenda, sob a moderação de Mónica Zuleta, diretora global de Sustentabilidade da Segurança. Ela reafirmou o compromisso da companhia com a transição energética, a conservação da natureza e a neutralidade de carbono até 2030. Zuleta lembrou que os efeitos das mudanças climáticas — como enchentes, secas e queimadas — já são realidade e exigem cooperação entre governos, empresas e sociedade civil para reduzir seus impactos.

Integrante do debate, o cientista Paulo Artaxo, do IPCC, destacou que o planeta caminha para um aumento médio de 2,83°C, podendo chegar a 4,5°C no Brasil. Ele defendeu que a resposta a esse cenário deve combinar redução de emissões, adaptação e gestão de impactos.

Segundo Artaxo, a frequência e o custo dos eventos extremos mais que dobraram nas últimas décadas, afetando com mais intensidade países de renda média e baixa. O pesquisador também alertou sobre os chamados pontos críticos do sistema climático, como a possível savanização da Amazônia, e lembrou que “a adaptação deixou de ser uma opção; quanto antes ocorrer, serão menores os custos sociais e econômicos”.

Ricardo González García, diretor de Análise e Estudos Setoriais da MAPFRE, apresentou um estudo que confirma a tendência consistente de aquecimento global com base em dados da NOAA, Copernicus e JRA. O levantamento mostra que, desde os anos 1970, o avanço das emissões ampliou tanto as perdas não seguradas quanto os prejuízos causados por catástrofes naturais — em especial furacões, enchentes e riscos secundários.

García explicou que, enquanto a Ásia concentra uma maior “brecha de proteção”, a América do Norte apresenta uma menor, graças à ampla cobertura de seguros. Ele defendeu a ampliação de parcerias público-privadas, como o Consórcio de Compensação de Seguros da Espanha, e o fortalecimento de instrumentos financeiros inovadores, como resseguros e cat bonds [títulos de catástrofe], que alcançaram um retorno médio de 17% no último ano.

A relevância do setor de seguros também foi ressaltada pelo subsecretário do Ministério da Fazenda, Vinícius Brandi. Para ele, a indústria é peça-chave na transição para uma economia sustentável. Brandi lembrou que o setor já administra R$ 1,8 trilhão — de 15% a 20% do PIB —, demonstrando maturidade próxima às melhores práticas internacionais.

Brandi citou ainda a Lei Complementar 213, que incorporou a sustentabilidade como objetivo central, e destacou que a modernização das regras do Conselho Monetário Nacional deve dar mais clareza e transparência aos investimentos sustentáveis.

Na avaliação de Luiz Pires, gerente de Sustentabilidade e Inovação da ANBIMA, o avanço regulatório se soma ao esforço de capacitação em finanças sustentáveis, que já formou mais de 3,6 mil profissionais em temas como risco climático e inventário de emissões. Pires reforçou que, para o movimento ganhar escala, será fundamental desenvolver novos instrumentos financeiros — de letras de crédito atreladas ao seguro a cat bonds — e ampliar o uso de blended finance [financiamento híbrido] para destravar projetos de impacto socioambiental.

**Consolidação do mercado de carbono no Brasil**

O segundo painel aprofundou o debate sobre os instrumentos financeiros e regulatórios, com foco na consolidação do mercado de carbono no país. Moderado por Fábio Damasceno, diretor técnico da MAPFRE, o encontro destacou que a neutralidade de carbono deixou de ser tendência e passou a ser obrigação estratégica, tornando a integridade e as condições de transparência essenciais para o funcionamento do mercado.

Daniel Vargas, docente da FGV, defendeu que o Brasil deve transformar seus desafios ambientais em oportunidades, construindo um regime de transição que alinhe incentivos e reduza incertezas. Vargas listou cinco obstáculos centrais: metodologias adequadas ao contexto tropical, complexidade do uso da terra, governança de Estado, regras claras com força legal e prevenção da judicialização.

A discussão sobre riscos e governança foi ampliada por André Andrade, diretor do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ele citou projeções que estimam perdas de R$ 17 trilhões até 2050 em um cenário de aquecimento de 4°C, num contexto de baixa cobertura securitária.

Com base nesse diagnóstico, Luisa Heráclio Panico, coordenadora-geral de Governança da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, destacou que o Brasil vive um momento decisivo na estruturação do mercado, dividida entre os segmentos voluntários e regulados. Ela explicou que, até 2026, caberá à secretaria definir metodologias, regulamentar a lei e propor a criação de uma autoridade permanente — etapa considerada essencial para o pleno funcionamento do mercado regulado a partir de 2030.

**Construção da confiança e novos instrumentos**

Luisa Heráclio Panico, da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono,  também abordou a importância de construir confiança e previsibilidade. Segundo ela, o risco de reversão — quando o carbono estocado retorna à atmosfera por incêndios, secas ou enchentes — já é tratado no mercado voluntário por meio do buffer pool [estoque coletivo de créditos de carbono reservados para compensar eventuais perdas].

Esse modelo, acrescentou, pode evoluir para produtos securitários mais sofisticados, desde que o país avance em três frentes: previsões econômicas, comunicação transparente sobre a proteção climática e florestal e normas com parâmetros claros de cobertura.

O diretor da Reservas Votorantim, David Canassa, reforçou que a expansão dos projetos ambientais depende de seguros capazes de cobrir riscos ainda pouco explorados. Ele citou a atuação da instituição em 140 mil hectares nos biomas Pantanal, Mata Atlântica e Cerrado, e destacou a parceria com a MAPFRE no Vale do Ribeira (SP), onde o reflorestamento passou a integrar o inventário de carbono da empresa. “Garantias e previsibilidade são fundamentais para destravar investimentos em conservação e bioeconomia”, afirmou.

Encerrando o painel, Mariana Barbosa, CEO da Regreen, destacou que o mundo precisará remover entre 7 e 9 gigatoneladas de carbono até 2050, mas ainda enfrenta obstáculos como financiamento, acesso à terra e gestão de risco. Já Maria Belén, superintendente de Mercados de Carbono do Itaú, reconectou o debate às estruturas financeiras, apresentando uma estratégia do banco baseada em projetos, desenvolvimento de produtos e atuação no mercado futuro. Ela chamou atenção para três frentes de risco prioritárias para o setor de seguros: projetos florestais no agronegócio, permanência do carbono por 20 anos e riscos associados ao fogo — lembrando que as buffers pool só devem ser acionados em casos de perdas inevitáveis.

Confira no vídeo **a íntegra dos debates da manhã do dia 18**

---

Entenda por que o mercado segurador é um dos protagonistas da revolução verde

- A transição climática no Brasil está acelerando, e o setor segurador tem um papel decisivo nesse movimento

- Na COP30, esse tema ganha ainda mais força, reunindo governança, inovação e critérios ASG/ESG para tornar projetos verdes mais confiáveis, financiáveis e protegidos

---

**Você sabia que o mercado de carbono ainda enfrenta desafios que afetam diretamente os seguros?**

**Sim!** Apesar do crescimento, o mercado de carbono ainda tem barreiras que dificultam a criação e a precificação de seguros:

- Falta de padronização nos critérios de verificação dos créditos
- Risco regulatório alto, já que as regras mudam com frequência
- Pouca integração entre projetos, reguladores e certificadoras
- Oscilação de preços no mercado global
- Necessidade urgente de mais transparência, rastreabilidade digital e métricas unificadas

Tudo isso impacta a confiança,  e confiança é o primeiro ingrediente para expandir seguros ligados ao carbono.

---

**Você sabia que o seguro consegue incentivar empresas a adotarem práticas sustentáveis?**

**Consegue, e muito!** O setor segurador já premia quem coloca sustentabilidade no centro das operações:

- Descontos, bônus e coberturas melhores para empresas com certificações ASG/ESG e metas de carbono
- Precificação que varia conforme o desempenho ambiental: quanto menor o impacto, menor o prêmio
- Produtos específicos para gestão de resíduos, eficiência energética e tecnologias limpas
- Incentivo direto a programas de redução de emissões e economia circular

Ou seja: o seguro funciona como um empurrão positivo para que mais empresas adotem práticas responsáveis.

---

**Você sabia que já existem soluções inovadoras para proteger projetos de carbono e riscos climáticos?**

**Sim, e elas estão avançando rápido.** O setor vem incorporando tecnologias que tornam tudo mais seguro e transparente:

- Seguros paramétricos, acionados automaticamente por dados climáticos
- Coberturas para não entrega de créditos de carbono (non-delivery risk)
- Garantias para reflorestamento, restauração e projetos REDD+.
- IA e visão computacional para monitorar áreas de forma contínua
- Plataformas digitais que agilizam indenizações e reduzem a burocracia

São soluções que dão segurança técnica e financeira, permitindo que projetos cresçam com mais estabilidade.

---

**Você sabia que o seguro também ajuda a financiar projetos de baixo carbono?**

**Ajuda - e de várias formas!** Como investidor de longo prazo, o setor de seguros direciona recursos para:

- Fundos verdes, debêntures incentivadas e energia limpa
- Projetos de bioeconomia, reflorestamento, conservação e infraestrutura sustentável
- Investimentos seguros, lastreados em reservas técnicas
- Apólices de garantia que atraem capital privado nacional e internacional

Assim, o seguro vira uma ponte entre quem quer investir e quem precisa de apoio para tirar projetos do papel.

---

**5. Você sabia que o setor segurador já assumiu compromissos importantes para a COP30?**

**Sim, e eles são decisivos para o futuro**:

- Alinhar produtos à Taxonomia Sustentável Brasileira
- Ampliar soluções para riscos socioambientais e climáticos
- Investir em educação financeira, inclusão regional e inovação climática
- Reforçar a articulação com governos, empresas e sociedade civil
- Criar mecanismos que aumentem a credibilidade do mercado de carbono, com métricas claras e auditorias robustas

O objetivo é claro: transformar o mercado de carbono em um verdadeiro vetor de desenvolvimento sustentável para o Brasil

---

Seguros na COP30: para Laurance Tubiana a falta de seguros é uma crise democrática

Estamos nos últimos dias da COP30, em Belém, e a jornalista Leila Sterenberg recebe, na série Seguros na COP30, uma das maiores autoridades do clima: Laurance Tubiana, a arquiteta do Acordo de Paris. Em entrevista exclusiva, na Casa do Seguro, ela explica por que a crescente dificuldade de segurar riscos (a crise da "assegurabilidade") não é apenas um problema financeiro, mas uma ameaça direta à confiança pública e à estabilidade democrática. Quer entender por que o seguro se tornou peça-chave na resposta global ao clima?

**Assista agora** e participe do debate sobre o futuro da proteção em um mundo em transformação:

**Fonte**: CNseg, em 18.11.2025